

A GESTÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA COM FOCO NAS QUESTÕES AMBIENTAIS

AQUINO, Maria Sacramento – UNEB

GT-22: Educação Ambiental

A emergência de novas concepções sobre as questões ambientais decorre do modelo de desenvolvimento vigente com suas implicações socioambientais nos mais variados recantos do mundo. A perspectiva da sustentabilidade ambiental requer das instituições de educação, a revisão de conceitos e categorias para a análise das relações sociais na produção e das relações de poder na sociedade, com vistas à gestão e disseminação do conhecimento no cotidiano das atividades escolares.

A partir de 1990, críticos e pesquisadores de estudos do campo da gestão do conhecimento e organização curricular têm direcionado atenções para aspectos culturais de diferentes grupos sociais no sentido da inserção destes nas práticas educativas considerando a escola o lócus da produção do conhecimento e disseminadora dos saberes.

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidades Globais, aprovado em plenária de 06 de junho de 1992, diz: “A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração”.

No Brasil, a sustentabilidade ambiental confronta-se com a necessidade de acelerar o acesso à escola com educação de qualidade em todos os níveis. Novas tarefas são atribuídas à escola, por ser a instituição que desenvolve uma prática educativa planejada e sistematizada.

A reforma curricular proposta na LDB nº 9.394/96 concebe a educação escolar como detentora de um papel fundamental no desenvolvimento das pessoas e da sociedade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais propostos a partir de 1996 dispõem de um marco referencial para a organização pedagógica das distintas etapas da escolarização com flexibilidade e autonomia para a organização curricular respeitando diferentes significados e linguagens.

Os Parâmetros Curriculares - PCNs e os Temas Transversais (Ética, Saúde, Pluralidade Cultural, Sexualidade, Religião e Meio Ambiente) visam desenvolver a capacidade reflexiva do aluno. Aos educadores sugerem entender a profundidade da crise que vivenciamos, inserindo-a na organização curricular da educação formal.

Estas perspectivas norteiam a pesquisa: como o professor coloca em prática a articulação entre os saberes, se, historicamente, tem vivenciado uma prática fundamentada em princípios e concepções que têm privilegiado a razão instrumental do “como fazer”? O discurso e a prática do professor no trato com as questões ambientais têm uma visão ingênua ou crítica? O professor tem clareza do significado da organização curricular?

A flexibilidade na organização curricular atribui a escola o papel de decodificadora crítica para encarar o desafio pedagógico demandado nas novas linguagens ambientais. *“E preciso substituir a pedagogia das certezas e dos pré-fixados por uma pedagogia da pergunta, do melhoramento das perguntas e do “acessamento” de informações”* (ASSMNN, 2004, p.33). O cotidiano é representado pelo ambiente cultural, com uma vida pautada nos valores sociais demandados e vigentes na comunidade.

Sacristán (1998) enfatiza que a cultura não é um objeto terminado que se transmite de uns para outros, mas uma atividade mediatizada que se reproduz construindo e se reconstruindo por meio de sua aprendizagem e das condições em que esta se realiza. Isso traduz a transversalidade dos conhecimentos:

“A transversalidade diz respeito, à possibilidade de se estabelecer na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E a forma de sistematizar e incluí-la explícita e estruturalmente na organização curricular garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade” (MEC/SEF, 1998, pg. 30)

Acompanhar a gestão das questões ambientais no Projeto Político Pedagógico da Escola é significativo para perceber como o professor insere as questões ambientais em suas práticas, conforme os PCNs na LDB nº 9.394/96. Como as escolas colocam em prática (segundo as Diretrizes) o Projeto Político Pedagógico da Escola?

Procedimentos teóricos metodológicos

As estratégias da pesquisa têm inspiração nos denominados estudos do cotidiano escolar, de fundamental importância para se compreender como a escola desempenha o seu papel de socialização. Seja na gestão do conhecimento, ou *“na transmissão dos conteúdos acadêmicos, seja na veiculação das crenças e valores que aparecem nas ações, interações, nas rotinas e nas relações sociais que caracterizam o cotidiano da experiência escolar”* (FAZENDA, 2002, pg. 39).

Para Haguette (2000), interessa aos pesquisadores na atuação da pesquisa os parâmetros: a) como a sociedade tem se estruturado, se transformado, os mecanismos que interagem entre macro e microestruturas; b) a historicidade da ação humana; c) os fatores que constroem a dinâmica da história; d) responder às questões. Interessa a visão de mundo do pesquisador na interpretação dos fatos apoiados no projeto de pesquisa, que é indispensável. A pesquisa busca a abrangência de situações e contextos no movimento teórico / prático no cotidiano da escola, os passos planejados para as atividades. O enfrentamento dos imprevistos identifica a significação de fatos e definição das categorias de análise a pesquisa.

Em contato com os sujeitos percebemos a importância da flexibilidade na metodologia, para a construção das categorias de análise, entendendo que a gestão ambiental associada ao currículo significa contextualizar o panorama de destruição dos recursos naturais, da falta de condições de vida, o acesso às terras, a autogestão, a identidade étnica. Nesse sentido, (LEFF 2001) afirma: *“Os pontos cegos e os impensáveis dessa razão modernizante, os ambientes excluídos, oprimidos, degradados e desintegrados, não se preenchem ecológizando a economia, mas transformando seus paradigmas de conhecimento para construir uma nova realidade social.”* (p.145).

Sacristán (1998); Fazenda (2002) defende a perspectiva da reflexão e da crítica nas relações do currículo com as questões da sociedade, e os processos intelectuais na aprendizagem com foco em objetos significativos. Que a interdisciplinaridade no contexto da internacionalização do conhecimento caracteriza-se por intensa troca entre os homens, uma nova atitude diante da questão do conhecimento.

Por isso, com o foco na transversalidade dos conteúdos organizamos uma entrevista com alguns diretores durante a semana pedagógica, espaço onde se realiza o planejamento anual - O Projeto Político Pedagógico da Escola. Como se processa o planejamento nas escolas onde se situam estes dirigentes da educação no município de Santo Antônio de Jesus – Bahia-Brasil. Questionamos quanto à inserção das questões ambientais no planejamento.

▪ Fala da diretora **01**: *“A Diretoria Regional de Educação (DIREC-4) nos deixa livre, só quer que a gente enfatize trabalhar os temas. Aqui elegemos um tema cada ano. Meio ambiente este ano fica para o trabalho do segundo semestre”*.

▪ Fala da diretora **02**: *“Todo ano a gente faz qualquer coisa sobre meio ambiente. O nosso planejamento é mais com os professores do mesmo turno, não temos condição de*

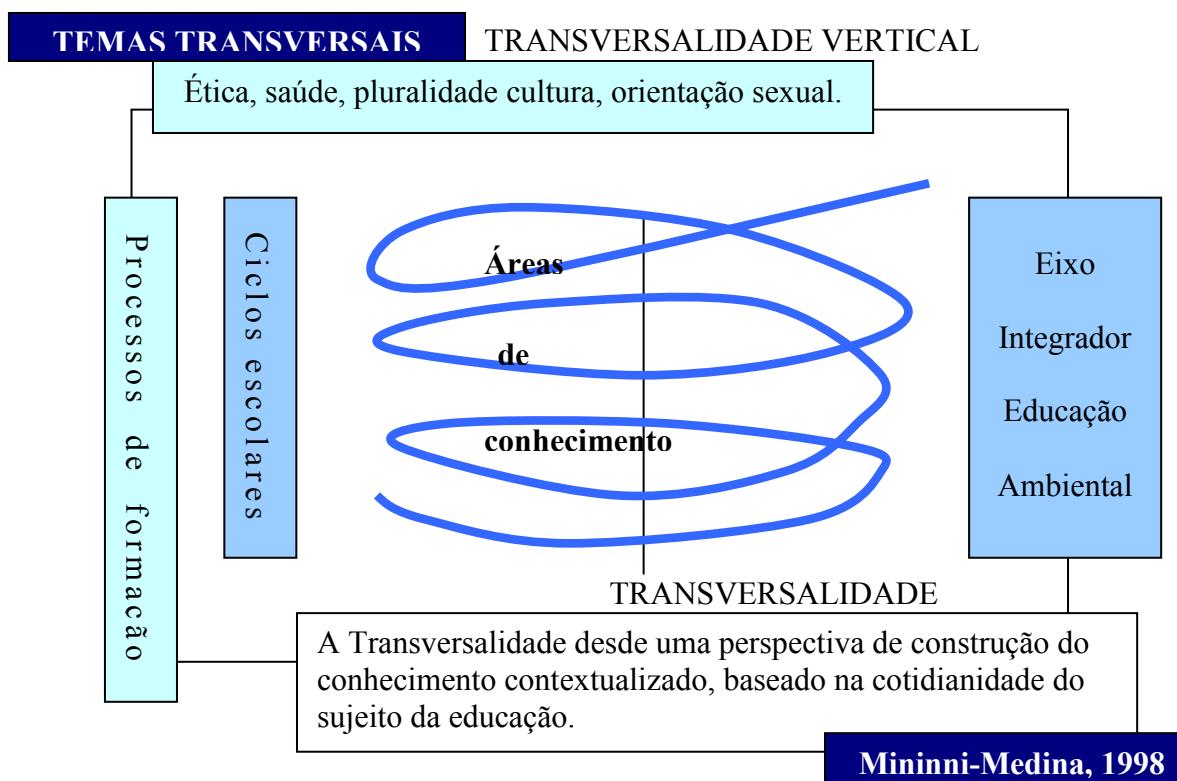
reunir todos ao mesmo tempo porque a maioria trabalha em 02, 03 e até mais escolas durante o ano”.

▪ Fala da diretora **03**: “Este ano estamos contando com a colaboração de uma professora que vai nos ajudar no nosso planejamento. Quanto ao trabalho com o meio ambiente, é difícil: o carro do lixo passa e logo depois a população coloca todo lixo na rua outra vez, tem de ter uma conscientização”.

▪ Fala da diretora **04**: “É difícil planejar sem verba, o que recebemos não cobre as despesas mínimas para o que a verba é destinada. A gente até briga nas reuniões, fala das dificuldades, mas na prática não podemos colocar os projetos em prática, falta recursos. Este é o nosso projeto, veja: **Lixo: natureza e conscientização**”.

▪ Fala da diretora **05**: “Não temos papel, não tenho lápis, nós temos um projeto para o problema do “pinicão” é o local que faz o tratamento do lixo, temos um mau cheiro horrível na vizinhança da escola. Aqui no conjunto não temos arborização só promessa da vice-prefeita que tem um projeto que vai melhorar as condições do conjunto. As crianças aqui têm convívio com os urubus que ficam na área”.

As situações apresentadas pelas dirigentes, não contemplam a gestão na perspectiva da transversalidade no currículo, a complexidade dos conteúdos, a necessidade de integração e interação entre estes, em todo planejamento das atividades práticas no cotidiano escolar. E sim ações isoladas e pontuais na organização curricular. Veja o desenho a seguir:



A inserção da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico no cotidiano da escola, nasce da identificação de problemas ambientais a nível local e suas relações e a níveis nacionais e internacionais. Assim, a gestão de conhecimentos, na perspectiva da produção de conhecimentos significativos, *“só se conhece aquilo que tem nexos com o mundo do desejável. Com variações circunstanciais, a porção maior de nossos mundos desejáveis é bordada por linguagens que borbulham desde o imaginário”* (ASSMANN, 2000, p. 282).

Os gestores entrevistados não explicitam sinais da transversalidade dos conteúdos no cotidiano da escola. Fica evidente que o embasamento positivista induz os educadores a separarem na prática, “aquele que pensa daquele que faz” gerando a fragmentação dos conteúdos e a reprodução desigual do modo de produção capitalista.

Continuando a investigação acompanharemos o cotidiano das unidades escolares destes gestores com o objetivo de confrontar a organização curricular do projeto político pedagógico com a prática. Para a conclusão da pesquisa articularemos os dados colhidos com os diferentes momentos e estratégias.

Considerações finais

As evidências apontam que a maioria dos professores nunca leram os PCNs ou as recomendações para os Temas Transversais. Que a educação ambiental não é uma disciplina, e sim, conteúdos para serem inseridos ao currículo. Esperava-se uma atuação mais coerente considerando que muitos professores são egressos dos Cursos de Licenciatura ou Pedagogia que estão passando pelas reformulações da LDB de 1996.

Internalizamos que o método não se aprende antecipadamente, cria-se no processo. O que nos leva ao reconhecimento de que a complexidade das questões ambientais também envolve o respeito pelas singularidades históricas, culturais e regionais na busca dos significados das relações sociais e da ética nos procedimentos da pesquisa.

Percebemos a necessidade de embasamento teórico em torno das concepções do positivismo e do cartesianismo, e do contexto onde estas concepções foram produzidas, a fim de disseminá-las nos programas de formação de professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSMANN, H. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, RJ, 1998.

_____. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Petrópolis: Vozes, RJ, 2000.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente e saúde**. Brasília: 128p. 1998.

FAZENDA, I.C. **Práticas interdisciplinares na escola**. 7ª. Ed. S. Paulo: Cortez, 2002.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**, Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, RJ, 2001.

LEI de diretrizes e Bases da Educação-LDB nº 9.394/96 (<http://mec.gov.br>) 1996.

MININNI-MEDINA, L. N. **Educação ambiental: curso básico à distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas**. V.4 . Coord. geral: Aquino, A. L.T. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

SACRISTÁN, J.G. **Compreender e transformar o ensino**. 4. edição, tradução: Ernani F. da Fonseca Rosa, Porto Alegre: ARTMED, 1998.